



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 088

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE AGOSTO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 088

87ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Comunicado 04

Memorando 04

Indicações 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 09

Pequeno Expediente:

Dep. Reni Pereira..... 10

Dep. Antonio Belinati 11

Dep. Wilson Quinteiro 13

Grande Expediente:

Dep. Rafael Greca..... 15

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 12

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Wilson Quinteiro 14

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto..... 16

Liderança do PT

Dep. Tadeu Veneri 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 20

Discussão/Votação

1ª Discussão 20

Requerimentos 23

Encerramento da Sessão 23

Publicações:

Atas de Comissões

Especial de Reforma

da Constituição (PECs 035, 064)23

DIÁRIO Nº 088

87ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 87ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2010

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Fernando Scanavaca e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Jocelito Canto, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Rafael Greca, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi, Ademar Traiano, Douglas Fabrício, Durval Amaral, Francisco Bühner, Jonas Guimarães, Luiz Fernandes Litro, Péricles de Mello e Plauto Miró (09).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Fábio Camargo (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 076/10

Curitiba, em 12/08/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei objetivando isentar dos tributos estaduais que especifica, os fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da Fédération Internationale de Football Association - FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014.

A Constituição da República do Brasil, a chamada Constituição Cidadã, entendeu que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como um direito do cidadão. Mais especialmente a Constituição Estadual de 1988, dispôs sobre a destinação de recursos públicos para promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento, assim como a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. (artigo 217 e incisos).

Desta forma, o Governo do Paraná apresenta a medida, com vistas aos grandes eventos esportivos da Copa das Confederações da Fédération Internationale de Football Association - FIFA de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014, também com a autorização da Constituição do Estado do Paraná, que dispôs ser do Estado a obrigação ao estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Ficam isentos dos tributos estaduais a seguir indicados, conforme relação de beneficiários, forma e condições estabelecidos pelo Poder Executivo, os fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da Fédération Internationale de Football Associations - FIFA - de 2013 e da Copa do Mundo de FIFA de 2014:

I - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD;

II - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA;

III - Taxas.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo resolver os casos omissos e tratar da dispensa do cumprimento de obrigações acessórias, relacionados com os eventos descritos no artigo 1º.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 31/12/14.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

GABINETE DO GOVERNADOR
PALÁCIO DAS ARAUCÁRIAS

Curitiba, 11/08/10.

OFÍCIO CEE/G 084/10.

Senhor Presidente:

Comunico a V. Exa., nos termos constitucionais, que estarei afastado do País no período de 20 a 30/08/10, quando empreenderei viagem aos Estados Unidos da América, para tratar de diversos assuntos de interesse do Estado.

Em princípio, minha partida está prevista para a noite de 20 de agosto, de Curitiba a São Paulo, e o embarque para os Estados Unidos na manhã de 21 de agosto. O retorno, na noite de 29 de agosto, com chegada em São Paulo na manhã de 30 de agosto, e em Curitiba, a confirmar.

Atenciosamente,

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado

CASA CIVIL

Curitiba, 16/08/10.

OF/CTL/CC nº 129/10.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 161/10-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição a mim conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com

o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI, PARCIALMENTE, o Projeto de Lei nº 187/10, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O autógrafo tem por objetivo estabelecer as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2011, tendo o veto parcial apostado incidido sobre o parágrafo 3º do artigo 8º.

A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, através da Coordenação de Orçamento e Programação, emitiu a adiante transcrita Informação nº 379/10, a qual faço as razões do veto, como segue:

Em relação ao Projeto de Lei nº 187/10, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2011, tecemos as considerações a seguir:

Inclusão de parágrafo 3º ao artigo 8º, com a seguinte redação:

“A proposta de lei orçamentária para o exercício de 2011 conferirá destaques à execução das ações: no Programa da Educação, voltadas à Educação Integral e à Infraestrutura das Escolas Itinerantes; no Programa da Agricultura para atendimento às microrregiões na implantação de projeto para aquisição de Patrulha Rural; no Programa Assistência Social a prevenção e erradicação no combate e na proteção da mulher e da criança em situação de risco como forma de enfrentamento a violência, e a profissionalização de adolescentes”. Estas ações já são contempladas nas Leis Orçamentárias Anuais, são prerrogativas do Poder Executivo, e pela forma como o parágrafo foi redigido não foi possível entender como deverão ocorrer os referidos destaques. Assim sendo sugerimos o veto do referido parágrafo.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 187/10, encontra-se publicado no DA nº 079/10, de 14/07/10, em Redação Final).

Comunicado

COMUNICADO

Informo aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda da Constituição nº 064/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que objetiva dar nova redação aos parágrafos 9º, 10 e 14 do artigo 45 da Constituição Estadual, já foi publicada no Diário da Assembleia e está sendo distribuída em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados.

De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para a apresentação de emendas às propostas.

Sala das Sessões, em 17/08/10.
(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Memorando

MEMORANDO

Solicito aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, DEM, PP e Bloco PRB/PSB/PV indicarem membro partidário, para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 035/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acresce parágrafo 3º ao artigo 154 da Constituição Estadual. (Das Políticas Agrícola e Agrária)

PMDB - Luiz Claudio Romanelli.

PSDB - Ademar Traiano.

PT - Enio Verri.

DEM - Osmar Bertoldi - Relator.

PP - Duílio Genari (*).

Bloco PRB/PSB/PV - Reni Pereira (*) - Presidente.

(*) sorteio para a última vaga.

Sorteio vencido Bloco PRB/PSB/PV.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Indicações

INDICAÇÃO Nº 145/10

SÚMULA:

Sugere ao Governo do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes, a estadualização da estrada que liga a Cidade de Teixeira Soares à BR-277 na localidade de Rio d'Areia de Cima.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário do Transportes, Mário César Stamm Júnior, para solicitar a estadualização de percurso de 14 quilômetros entre a localidade Rio d'Areia à rodovia BR-277 que demanda à Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em questão, decorre de pleito do Vereador Sérgio Miguel dos Santos, da egrégia Câmara de Vereadores do Município de Teixeira Soares, aprovado por unanimidade pela edilidade presidida pelo Parlamentar Carlos Alberto Gorte.

O documento representa a justa pretensão da administração de Teixeira Soares, para se livrar do ônus decorrente da obrigatoriedade de conservação de trecho de estrada que liga a localidade de Rio d'Areia à BR-277.

A malha viária municipal de Teixeira Soares é bastante extensa e exige grandes investimentos para manter a sua trafegabilidade.

O trecho objeto deste projeto que roga a sua estadualização serve ao tráfego escolar, à coleta de leite e é escoadouro de produtos agrícolas, além de servir o principal ponto turístico dos teixeira-soarenses, o Recanto Ecológico Celso Colosel.

INDICAÇÃO Nº 146/10

SÚMULA:

Sugere a elaboração de decreto governamental referente ao artigo 4º da Lei nº 16468 de 30/03/10.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A elaboração de um decreto governamental visando fixar o valor da gratificação técnica a ser paga às praças graduadas em curso de nível superior, como prevê o artigo 4º da Lei nº 16468 de 30/03/10.

A presente indicação justifica-se pelo fato de as referidas gratificações ainda não terem sido efetuadas. A Lei nº 16468 de 30/03/10, que dispõe sobre a remuneração dos oficiais, praças especiais e praças em atividade da Polícia Militar, fixou em seu artigo 4º que o valor das gratificações técnicas será fixado através de decreto governamental, sendo que este não foi apresentado até esta data à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) MARCELO RANGEL

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3127

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de redação final para o Projeto de Lei nº 329/10, de sua autoria, que declara de utilidade pública a Comunidade Sagrada Família D. Olívio Aurélio Fazza, com sede e foro no Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3128

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inversão total da pauta de votações da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3129-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar ausência na Sessão Ordinária do dia 17 de agosto do corrente ano, por estar representando a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em viagem ao interior do Estado.

Sendo o que se apresenta para o momento agradeço antecipadamente.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) FÁBIO CAMARGO

REQUERIMENTO Nº 3126

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a reserva do plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná para o dia 23/08/10, das 8h30 às 12h, para realização de reunião de planejamento do 1º Encontro da Pesca Amadora no Paraná.

Solicita também a reserva de equipamentos de multimídia para a apresentação dos trabalhos, bem como serviço de som.

O referido evento tem caráter organizatório e reunirá em torno de 80 participantes.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PÉRICLES DE MELLO

Apoiamento:

Pedro Ivo.

REQUERIMENTO Nº 3106

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Otávio Teixeira.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3107

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Alberto França.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3108

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria Ondina Moreira.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3109

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Ana Luiza Denck Panzarini.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3110

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Maria da Conceição Silveira Oliveira.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3111

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Roseli Farias.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3112

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Nazira dos Santos.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3113

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares da Sra. Paola dos Martires.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3114

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do pequeno Heitor dos Santos.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3115

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Sérgio da Cruz.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3116

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio de Souza.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3117

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de pesar para os familiares do Sr. Antonio Moacir Fogaça.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 3095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Monsenhor Aleixo Wardzinski de Souza pelos 30 anos de Sacerdócio.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Monsenhor Aleixo Wardzinski de Souza, pelos 30 anos de Sacerdócio. Formado em Filosofia e Teologia, desenvolveu trabalhos pastorais enquanto seminarista. Foi Diácono no Santuário Diocesano São Benedito e na Paróquia Nossa Senhora Aparecida, Diretor Espiritual do Movimento de Irmãos. Ordenado Presbítero, tornou-se Vigário Paroquial da Catedral de São José dos Pinhais, Assistente Eclesiástico Diocesano dos Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão, Diretor Especial da Legião de Maria, membro da Equipe Diocesana da Pastoral Litúrgica e Cerimonial da Catedral.

Coordenador de ações sociais que beneficiam crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstrou toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos sete sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 3096

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Igreja Batista Boqueirão pelos 50 anos.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Igreja Batista Boqueirão pelos 50 anos, que transmite a seus fiéis as palavras do santo Evangelho e neste ano comemora o cinquentenário de sua igreja, contando com o apoio dos fiéis que fazem da congregação. O templo é o ponto de convergência dos cristãos que moram na região do bairro Boqueirão, onde foi edificada a casa do Senhor, Igreja, Povo de Deus, responsável pela santificação uns dos outros e pela ação missionária, Igreja Unida a Cristo, santificada por Ele; por Ele e Nele torna-se também santificadora, a cinquenta anos exercendo o batismo de fé.

REQUERIMENTO Nº 3097

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Monsenhor Estanislau Polakowski.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Monsenhor Estanislau Polakowski, que comemora seu Jubileu Áureo de Sacerdócio. Homem de fé, participativo na vida da comunidade, foi o primeiro Pároco da Paróquia Santa Luzia onde deu início a uma trajetória repleta de realizações. Pessoa de dotes musicais, intelectuais e principalmente espirituais, cooperou na formação de vários Padres, Bispos, Arcebispos, e um Cardeal. Como formador no Seminário São José, teve como responsabilidade arrebatar muitos pela obra das vocações sacerdotais da Arquidiocese, mantendo viva a chama da fé.

Nestes cinquenta anos de sacerdócio demonstrou toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos 7 Sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 3099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações aos membros da Associação dos Magistrados do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem aos membros da Associação dos Magistrados do Paraná, Promotores e Intensificadores da União dos Magistrados Paranaenses, que cooperam com o prestígio moral da Justiça. Ativando o espírito de classe

e defendendo os interesses dos associados, estimulando a cultura do Direito e o aprimoramento da função judicante, prestando auxílio e benefícios, desenvolvendo múltiplas atividades em departamentos, coordenadorias, núcleos e sedes regionais, demonstram toda a sua dedicação à categoria.

REQUERIMENTO Nº 3100

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Federação Paranaense de Tênis pelos 60 anos.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Federação Paranaense de Tênis pelos 60 anos, sempre atuando na coordenação, na defesa e proteção dos associados e seus tenistas.

Exercendo intensamente seu papel na luta pelos direitos e por melhores condições do esporte, fortalecendo e valorizando a entidade, com determinação e perseverança para superar as dificuldades, ampliando o reconhecimento da atividade esportiva.

REQUERIMENTO Nº 3101

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Dom Armando Círio pelos 50 anos de Bispado.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Dom Armando Círio pelos 50 anos de Bispado. Primeiro e único Bispo Josefino do Brasil, foi ordenado em Asti na Itália, onde exerceu diversas atividades no seu apostolado, entre elas, Diretor de orfanato, diretor de colégio e professor diocesano. Primeiro Bispo de Cascavel, e com a elevação para Arquidiocese, tornou-se também seu primeiro Arcebispo, aumentando suas responsabilidades como governante das palavras do Êxodo 25:8 *E me farão um santuário para que possa habitar no meio deles.*

Coordenador de ações sociais que beneficiaram crianças, idosos e adolescentes, com apoio de voluntários, demonstrou toda sua dedicação e amor ao próximo, na Igreja de Cristo, detentor na plenitude dos 7 Sacramentos e dos outros meios necessários para a salvação dados por Jesus à Igreja.

REQUERIMENTO Nº 3102

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações a Confeitaria Couer Douce.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem a Confeitaria Couer Douce, que tornou-se uma casa que prima pela qualidade da matéria-prima, a criatividade nas receitas e preocupação em cada detalhe no preparo dos produtos, dando atenção a adoção de ingredientes naturais e selecionados, sua culinária transmite à sociedade curitibana, os prazeres do bom paladar, demonstrando o espírito cosmopolita da Cidade de Curitiba e reforçando o turismo gastronômico da Capital.

Por se tratar de uma confeitaria de excelência, revela as mais profundas raízes de uma sociedade que atrai os paladares mais críticos, conquistando-os com a qualidade e os bons serviços prestados em ambiente confortável e aconchegante, para quem exige variadas guloseimas feitas com arte, fazendo parte do dia a dia de seus clientes, conferindo a seus produtos um sabor único.

REQUERIMENTO Nº 3103

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Reverendo Juarez Marcondes Filho.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Reverendo Juarez Marcondes Filho, Pastor da Igreja Presbiteriana de Curitiba, onde cumpre sua missão de ganhar muitas almas para o reino de Deus, firmada nas promessas de Jesus, crescendo devido ao seu esforço e dedicação, amparado pelos crentes abnegados, que sob sua liderança trilham o caminho da evangelização, contribuindo no sentido de que o fervor espiritual da igreja continue sempre aquecido pelo fogo do Espírito Santo.

REQUERIMENTO Nº 3104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações ao Grupo Folclórico Germânico Alte Heimat.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Grupo Folclórico Germânico Alte Heimat, que tem o compromisso de resgatar, preservar e divulgar os usos e costumes trazidos pelos imigrantes, representando a cultura germânica em suas festas e eventos. Perpetuando a consciência étnica e mantendo os hábitos, músicas, trajes e danças da Alemanha, Áustria e Suíça, o grupo destaca-se como mantenedora das tradições de todo um povo, sendo também um espaço fértil para transmitir ao jovem a cultura de seus antepassados, resgatando valores como respeito às tradições, convivência em grupo, amizade e cooperação.

REQUERIMENTO Nº 3118

Senhor Presidente:

O Deputado Reinhold Stephanes, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e congratulações à Jamaica Imóveis. Na pessoa de sua proprietária Neuza das Graças Conrado.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Neuza das Graças Conrado, nascida em 22 de junho, em Anita Garibaldi-SC. Fundou a Jamaica Imóveis em 1989, com dedicação, desvelo e com muito trabalho de qualidade tornou sua imobiliária uma das mais respeitadas em nossa Capital, e hoje conta com três lojas em Curitiba.

Com o objetivo de garantir aos clientes segurança, soluções rápidas, coerentes e adequadas às suas necessidades e realidade socioeconômica, a Jamaica Imóveis se destaca em seus negócios, proporcionando qualidade e segurança para seus clientes.

Certificado pela ABERC (Associação Brasileira de Ética e Respeito ao Cidadão), em 2007 por não possuir restrição na defesa do consumidor ou PROCON desde a data de sua fundação em 1989.

E sua meta principal é inovar, modernizar para capacitar toda sua equipe a fim de superar as necessidades do cliente.

A Jamaica Imóveis, desde a sua fundação em 1989, vem atuando nas áreas de administração, avaliação e venda imóveis. Cresceu e consolidou-se no mercado imobiliário graças à ética e transparência em sua administração, conta com excelente carteira de clientes e parceiros em todo o Estado.

É uma empresa moderna, dinâmica, que valoriza o relacionamento com seus clientes, prima pela seriedade e pelo compromisso, buscando constantemente treinar seus colaboradores a fim de proporcionar aos nossos clientes agilidade no atendimento com enfoque na informação e conhecimento, para que sempre que solicitado prestem informações claras e precisas.

Procurando trabalhar com melhoria contínua para acompanhar o mercado e suas mudanças, buscando aperfeiçoar nossos conhecimentos na área de locação, administração, avaliação e, em negociação em vendas de imóveis, com competência e flexibilidade.

Acompanhando a movimentação do mercado imobiliário, adotando posturas estratégicas em relação a este mercado, formando parcerias com empresas imobiliárias de várias regiões e com administradoras de consórcio imobiliário, todos com credibilidade e com valores e objetivos semelhantes, o que permite fomentar o mercado imobiliário e a oferecer aos clientes soluções ágeis em transações imobiliárias.

A Jamaica Imóveis ao longo dos anos foi por diversas vezes premiada nas categorias de administradora e venda de imóveis com os prêmios:

- Os Melhores do Paraná em 1992;
- Amigos do Bairro pela Câmara de Vereadores de Curitiba;
- Troféu Imprensa em 1995;
- Top Of Mind em 2006;
- O.P.B. (Ordem dos Parlamentares do Brasil) em 2006;
- Votos de Louvor e Congratulações 2006 pela Câmara Municipal de Curitiba, em virtude do ótimo conceito obtido junto a seus clientes, provando que é possível crescer com qualidade e segurança o que destaca como uma empresa digna e profissional no mercado Imobiliário.

REQUERIMENTO Nº 3124

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, pede à egrégia Assembleia Legislativa do Paraná, dentro das atribuições que lhe são conferidas que aprove indicação legislativa de aplauso e congratulações à atriz curitibana Simone Spoladore, premiada como melhor atriz do cinema brasileiro em 2010, com o troféu Kikito, do 38º Festival de Cinema de Gramado, na semana finda, naquela Cidade do Rio Grande do Sul.

Requer, outrossim, seja dada ciência do presente requerimento, à família da atriz homenageada

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A referida, e ainda jovem, atriz já nacionalmente consagrada de notável trajetória artística é curitibana.

Merece o aplauso de seus conterrâneos e o respeito deste Deputado Estadual, já Prefeito de Curitiba, e ainda da egrégia Assembleia.

Simone Spoladore nasceu em Curitiba a 29/10/78. Estreou na TV, através da Rede Globo, na Minisérie Os Maias, baseada na obra de Eça de Queirós, onde fez uma irrepreensível Maria Monforte, personagem chave de trama clássica da magna Língua portuguesa. Simone participou ainda do elenco de América, telenovela de Glória Perez.

Simone iniciou sua carreira no teatro curitibano, fazendo trabalhos em peças, como: Meno Male em 1995, dirigida por Sale Wolokita, e nos espetáculos Juventude, de Felipe Hirsc, e Onde Estiveste à Noite de Edson Bueno.

Ainda na nossa Cidade de Curitiba, Capital paranaense, iniciou nos curtas-metragens: Que Fim Levou o Vampiro de Curitiba?, de 1996, com direção de Estevan Silveira, e O Presente, de 1997, direção de Aleksei Abib.

No cinema tiveram destaques suas interpretações em Desmundo, filme de 2002, de Alain Fresnot, onde viveu a personagem Oribela, e, logo depois do filme Lavoura Arcaica, de 2001, que lhe rendeu uma indicação ao grande Prêmio Cinema Brasil de melhor atriz coadjuvante.

Agora, Simone chega ao ápice da carreira artística com a vitória - na categoria melhor atriz - em Gramado, no 38º Festival de Cinema, com o filme Não Se Pode

Viver Sem Amor, que levou também os Kikitos de melhor roteiro, trabalho de Dani Patarra e Jorge Durán, e melhor fotografia, mérito de Luis Abramo.

Projetos de Lei**PROJETO DE LEI Nº 379/10**

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Comunidade Milagre Eucarístico com sede e foro no Município de Paranaguá, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunidade Milagre Eucarístico vem a quatro anos, prestando relevantes serviços no resgate à dignidade humana através da cultura e seus artifícios.

PROJETO DE LEI Nº 380/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação de Artesãos de Produtores de Quitandinha com sede e foro no Município de Quitandinha, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Artesãos e Produtores Coloniais de Quitandinha vem a um ano, prestando relevantes serviços na organização, capacitação e geração de renda para diversas famílias da região de Quitandinha no Estado do Paraná, que trabalham como artesãos daquela região.

PROJETO DE LEI Nº 381/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Sindicato das Classes de Base da Polícia Civil do Estado do Paraná - SINCLAPOL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato das Classes de Base da Polícia Civil - SINCLAPOL, fundado em 07/04/89, com sede no Município de Curitiba, é uma entidade sindical, sem fins lucrativos, constituída com prazo indeterminado para fins de defesa, organização, coordenação, proteção dos direitos e interesses coletivos e individuais e representação profissional dos trabalhadores de base da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Face ao exposto e testemunhas que somos do importante trabalho e das atividades desenvolvidas pelo SINCLAPOL, bem como analisando toda sua documentação que encontra-se dentro do solicitado pela legislação que rege a matéria, coloco à apreciação do Plenário este projeto, solicitando o apoio aos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 382/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual o Centro de Educação Infantil Padre Domingos Rovedatti, com sede e foro no Município e Comarca de Londrina-PR.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17/08/10.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Centro de Educação Infantil Padre Domingos Rovedatti realiza fundamental trabalho para crianças de dois a cinco anos, que objetiva assistência e educação nas comunidades carentes de Londrina.

A instituição tem como público alvo crianças em situação de risco, com dificuldades de socialização e em total desestruturação familiar. Suas atividades são desenvolvidas para resgatar valores morais, a importância da família, amigos, além de desenvolver bons hábitos alimentares, desenvolvimento social e a importância de cada pessoa para a sua comunidade.

O referido Centro de Educação está contribuindo e atuando para o nosso Estado, cabendo a esta Casa o reconhecimento deste título de utilidade pública.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Reni Pereira.

Deputado Reni Pereira (PSB)

O SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, telespectadores.

Estamos prestes a findar mais um ano deste mandato que tive a incumbência de presidir a Comissão de Defesa do Consumidor desta Casa, não só na análise de vários projetos de autoria de Parlamentares, como algumas mensagens, entendemos que a relação entre consumidor, prestadores de serviços, bem como fornecedores de mercadorias, mudou para melhor no Paraná. Mudou quando procuramos, mesmo contra a vontade de alguns Parlamentares que representavam algumas Cidades, que tinham na vinculação da cobrança de lixo junto com a tarifa da água uma garantia da arrecadação dessa taxa, até porque se utilizava uma camisa de força. Procuramos o Ministério Público, que através do Inquérito Civil nº 021/09 concluiu com um acordo o termo de ajuste de conduta com a SANEPAR, em que ela se comprometeu a não mais fazer essa cobrança, a não ser que houvesse a autorização do consumidor, da água e do esgoto que era o que ela vendia.

Daí imediatamente o Governador lembrou que era Governador do Estado do Paraná e baixou um decreto, um Deputado fez uma lei também, mais depois de estar sacramentado o respeito ao consumidor do Estado do Paraná.

E assim fomos quando legislamos aqui, para que todas as companhias telefônicas informassem de forma detalhada na sua fatura as ligações que ocorriam, independente se pulso ou não, até porque muita gente viajava, não tinha ninguém em casa, chegava a conta e tinha lá excesso de pulso, sendo que não tinha ficado ninguém em casa. A partir de então as empresas passaram também a respeitar os usuários do serviço telefônico do Paraná.

Recentemente estávamos de recesso e confesso que só fiquei sabendo - até porque no dia a dia procuramos nos dedicar intensamente às atividades desta Casa - quando voltamos a Cidade de Foz do Iguaçu, onde tenho domicílio eleitoral e residencial, procuro contar com amigos, com lideranças, mas na verdade fiquei sabendo pela imprensa que havia ocorrido uma diferenciação de tarifa. O que era essa diferenciação? Aumentaram a tarifa, que era de R\$ 2,20, para R\$ 2,40 para quem pagasse em dinheiro, e permaneceu em R\$ 2,20 para quem pagava através do cartão único que é uma modernidade que, mais dia menos dia, com certeza, todo o País deve adotar.

Acho que a modernidade, que a tecnologia, também tem que estar a serviço dos usuários do transporte coletivo, desde que não signifique demissões.

No decreto que fez uma majoração para R\$ 2,40 da passagem, inclusive ficou claro que não haveria demissões, mas procurando algumas fundamentações jurídicas e principalmente ante reclamações, entendemos já que estamos de recesso na Assembleia, que como a comissão - e está no Regimento da Casa - que a Comissão de Defesa

do Consumidor tem que se manifestar sobre proposições e assuntos relativos à defesa do consumidor, assim como receber, avaliar e investigar denúncias relativas à violação aos direitos do consumidor. Nós avaliamos no recesso que estava ocorrendo na Cidade de Foz do Iguaçu um desrespeito ao usuário do transporte coletivo.

Ato contínuo, procuramos na Justiça e ingressei com ação popular na qualidade de Presidente da Comissão de Defesa ao Consumidor, porque justifiquei que tinham violado com esse ato o Código de Defesa ao Consumidor.

O Juiz de primeira instância negou a liminar, porque além de pedirmos na ação o cancelamento desse ato, que entendemos lesivo ao usuário do serviço público do transporte coletivo, pedimos liminarmente a volta ao preço anterior de R\$ 2,20, e o Juiz entendeu que na verdade aquele aumento estaria fazendo com que as pessoas procurassem o cartão único, consequentemente haveria a diminuição dos roubos e assaltos e isso contribuiria com a Segurança Pública que todos nós queremos, principalmente que o usuário do transporte coletivo quer.

A Segurança Pública não deve ser suportada e muito menos paga pelo usuário do transporte coletivo; isso é obrigação do Estado. A decisão judicial nós respeitamos, mesmo que nesse caso fosse desfavorável. Não saiu a liminar ao usuário ou ao consumidor desse serviço do transporte coletivo.

Recorremos ao Tribunal e, na semana passada, o Desembargador concedeu a liminar e desde sábado pela manhã voltou ao patamar anterior na Cidade de Foz do Iguaçu e preço da passagem do transporte coletivo a R\$ 2,20, não havendo diferenciação mais no preço.

Fomos informados há pouco que estranhamente quem deveria recorrer dessa liminar deveriam ser as concessionárias, e quem vai recorrer será a Prefeitura, através do seu órgão de trânsito. Recorrendo, se não foi possível voltar à situação anterior de quem pagar em dinheiro, pagar com aumento de R\$ 2,40, quem usa o cartão eletrônico, eles vão majorar por R\$ 2,40.

Já quero deixar de antemão que não só os Parlamentares de Foz do Iguaçu serão convidados, se isso vier a ocorrer, mas todos os Parlamentares desta Casa. O cidadão de Foz do Iguaçu é paranaense e tem todos os direitos, como ocorreu lá em Londrina toda a vez que ocorreu a majoração de preço de passagem sem a justificativa. Nós faremos a mesma coisa pela Comissão de Defesa do Consumidor, analisaremos as denúncias, e já quero de antemão avisar, se houver esse recurso da Prefeitura, para majorar novamente ou o cartão único ou a passagem, nós ingressaremos com outra e aí já faço um apelo à Presidência que vamos ingressar com os advogados da Casa.

Durante o recesso buscamos um advogado de Foz do Iguaçu, se houver, vamos usar este Poder para defender os direitos dos consumidores, não só de Foz do Iguaçu, mas de qualquer lugar do Paraná. Porque o Poder Público tem que ser o vigilante dos direitos do consumidor, e não o algoz dos direitos do consumidor.

Se a regra é a mesma numa loja, que não pode praticar um preço diferente no cartão de crédito, no dinheiro ou no cheque, o transporte público também tem que se sujeitar a essa regra.

Não se trata de ser contra esta ou aquela empresa, ser contra o cartão único, trata-se de ser favorável aos direitos do consumidor e principalmente, se a Prefeitura quiser, é um direito. O senhor que já foi Prefeito, Deputado Belinati, se quiser colocar R\$ 3,00 ou R\$ 3,50 o valor da passagem, justifica na planilha de custos da empresa e tenha a coragem de aumentar, mas não venham com subterfúgios para majorarem indiretamente o preço da passagem.

Faço este pronunciamento em nome da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, até porque sabemos que já foi anunciado que a Prefeitura, através do órgão de trânsito, entrará com um pedido para revisar esta liminar concedida e que já diminuiu o preço da passagem desde sábado, em Foz do Iguaçu.

Se isto vier a ocorrer, ingressaremos com uma nova ação, aí sim, exigindo os requisitos para majoração, porque se querem aumentar o preço da passagem, que tenham a coragem de aumentar o preço da passagem e arquem com os ônus disto. Não usar de subterfúgios para majorar o preço da passagem, para que o eleitor pense: “Ah! Aumentou só para quem pagar assim; quem pagar assado não aumentou”.

Aumentou. E aumento tem que ter todos aqueles requisitos previstos em lei, de qualquer passagem de transporte público no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedemos a palavra ao Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, paranaenses que nos acompanham pela TV, pela internet, nobre Deputado Reni Pereira, que estava enfocando o problema do transporte coletivo em Foz do Iguaçu.

A passagem de ônibus a R\$ 2,20 já é cara, já é salgada; que dirá R\$ 2,40. Porque tem esta história de vale-transporte, que é permitido ao patrão descontar do empregado, pelo menos parte do vale-transporte concedido. E tem, é sabido, uma grande parte de maus patrões que nem sequer pagam o próprio salário-mínimo para o trabalhador, que dirá dar vale-transporte. Não é todo mundo que dá vale-transporte para o empregado, não. Este negócio de não pagar sequer o salário-mínimo, constantemente a imprensa nacional tem mostrado que tem patrão que pega assinatura do empregado como se tivesse recebido o salário-mínimo e não paga. E se o empregado chiar, ele manda embora.

De vez em quando saem matérias de que são milhões de brasileiros que estão na condição do subemprego, que não ganham sequer o equivalente a um salário-mínimo regional. Então, uma passagem de ônibus a R\$ 2,40 em Foz do Iguaçu é uma loucura. É uma violência contra a classe trabalhadora e contra o povo de baixa renda, em especial os mais pobres. Dois reais e 20 centavos uma passagem. Tem gente que tem que usar quatro passagens de ônibus por dia. Quanto é que dá? Não precisa ser um grande matemático: R\$ 8,80 por dia. Considerando 25 dias do mês que o trabalhador terá que pegar ônibus, ele vai gastar perto de R\$ 200 só de transporte. Ou então vai a pé, de bicicleta, muitos acabam comprando moto para economizar o ônibus. E os acidentes de moto se multiplicam a cada instante.

Há pouco estava vindo para a Assembleia Legislativa, aqui pertinho do nosso prédio, na avenida Cândido de Abreu, um motoqueiro estendido no chão, parecia até estar morto, tinha acabado de se acidentar. A moto é um veículo que grande parte do trabalhador usa por extrema necessidade de economizar a passagem de ônibus, que é cara.

Então, vamos colocar aqui R\$ 2,40 uma loucura - a passagem em Foz do Iguaçu, R\$ 2,20 seja para a Cidade que for, também é caro, também é pesado. É um absurdo e um desrespeito que se pratica contra os trabalhadores do Paraná e do Brasil.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Recebemos alguns exemplares de jornais e temos aqui: *Saúde em Londrina enfrenta novo desafio. Os 154 médicos residentes do Hospital Universitário e do Hospital de Clínicas da Universidade Estadual de Londrina estão em greve.* Eles querem reajuste do bolsa-auxílio. Então, o nosso apoio aos médicos residentes e a expectativa de que o Governo entre em campo imediatamente para negociar, porque quem será prejudicado não é diretamente o médico, mas o paciente do SUS, o paciente que busca o Hospital Universitário. Não conheço nenhum dono do BRADESCO, do Itaú, Banco Econômico, Carrefour, Mercadorama, Big ou do Extra que se interna no hospital por conta do SUS porque para eles, para os poderosos tem até avião equipado com UTI. Eles embarcam aqui no aviãozinho com médico e enfermeiro, chega em São Paulo já tem uma pista para o helicóptero descer e já tem uma ambulância com os médicos.

Agora, que o rico seja bem atendido e possa ter tratamento de primeira mas, queremos que a classe trabalhadora também seja tratada, quando cai doente ou quando está enferma, as vezes até à beira da morte, que seja tratada também com dignidade e com respeito. Não é só o rico ou o magnata que tem direito à vida! Não é só o poderoso que tem direito a ter saúde mas, lamentavelmente vemos a Saúde Pública do Paraná na UTI, faltando médico, enfermeiro, faltando salário, hospital, faltando

UTI não para o rico. Atenção, senhores ricos: estão passando mal ou têm alguém da família doente? Não se preocupem. Os hospitais de Curitiba, de Londrina e do Paraná inteiro, para você rico, têm apartamentos com geladeira no quarto, têm cores, têm internet, têm cafezinho feito na hora, tapete vermelho e médico 24 horas. Está tudo bom. Para a classe rica e poderosa o atendimento na parte médica está excelente. Só está um caos, está na UTI a Saúde Pública que é oferecida para os trabalhadores, para o povo de baixa renda do nosso Estado, inclusive para os servidores públicos do Paraná.

A Gazeta do povo traz: *Começa a fase decisiva da campanha.* Tomara que os candidatos, em vez de ficarem um falando mal do outro, apresentem propostas do que eles querem fazer para melhorar este Paraná, melhorar o Brasil, melhorar o problema da escola, da Segurança Pública, apoiar o agricultor, apoiar o operário e o pequeno empresário, apoiar a classe trabalhadora, a dona de casa e os portadores de deficiência. É isso que queremos que seja debatido na campanha eleitoral.

Também temos a notícia triste de que o zelador de um colégio em Campo Mourão matou duas adolescentes à marretadas e enterrou lá. Isso é o Capeta que está solto, vem aqui passear e quem não tem Deus no coração acaba se tornando um aliado do Capeta, que é especialista em provocar coisa errada e é sem-vergonha, porque joga a pessoa na fogueira, tira o corpo fora e fica dando risada. Nós não vemos o Capeta proteger nenhuma pessoa que comete uma barbaridade dessas.

A Folha de São Paulo traz: *Planos de saúde pagam só 2% das multas originais.*

Aqui o jornal do Paulo Pimentel, o Estado do Paraná, diz: *Roberto Requião condenado - Justiça obriga o ex-Governador a devolver ao Estado o valor gasto para publicar matérias jornalísticas de promoção pessoal em publicação oficial do Governo.* E na Secretaria da Educação do Paraná, enquanto tem escolas caindo aos pedaços, está aqui na matéria: *Funcionários de confiança da Secretaria da Educação desviaram dinheiro da Secretaria da Educação.* Esse dinheiro acaba fazendo falta para pagar melhores salários para os professores, para os funcionários e também para adequar as escolas, promovendo as reformas que os prédios têm necessidade.

Na Folha de Londrina: *Em alta pequeno comércio alavanca o atacado.* Nosso respeito aos pequenos comerciantes que lutam com dificuldades. Não são ricos, mas ajudam no desenvolvimento do nosso Brasil. A Folha de Londrina traz uma matéria interessante. Gostaria que os empresários escutassem: *Demitir alcoólatra é o mesmo que dispensar quem tem câncer.* Aliás o alcoolismo atinge homens e mulheres. Há tempos fui ao SESC Londrina, havia um curso coordenado por um Padre para recuperar Padres alcoólatras. Fiquei surpreso, pois é muito grande o número de Padres que se tornam alcoólatras. Até hoje a lei permite ao patrão demitir o empregado que é alcoólatra. É evidente que aquele que acaba sendo escravo do alcoolismo é uma desgraça para ele. Ele corre

o risco de perder o emprego, não evolui na empresa. O cidadão recebe o salário e ao invés de ir para casa curtir a família vai direto para o boteco beber com os amigos. De repente, ali no boteco alguém esfaqueia o outro, quebra a cara do outro, às vezes sai morte. O cidadão que é alcoólatra acaba se tornando mau esposo, um mau pai, um mau empregado. E a desgraça acaba aumentando, porque ele perde o emprego. O cidadão chega tarde em casa e vai direto ao fogão ver o que a esposa preparou para a janta e já quer confusão. Tem esposa que dá graças a Deus que o marido está no bar, porque quando ele chega a casa se transforma num inferno.

Estamos vendo que agora há um projeto de lei, que queremos defender a sua aprovação, proibindo a demissão do alcoólatra. O cara que já está no fundo do poço, quando perde o emprego a desgraça se completa para ele e principalmente para a esposa e filhos. Aonde esse alcoólatra vai arranjar outro emprego? Especialistas enfatizam que o alcoolismo é uma doença e elogiam projeto que proíbe a demissão por justa causa. É um projeto da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, de autoria do Senador Marcelo Crivella. Vamos torcer para esse projeto ser aprovado. Porque se a coisa já está ruim para o trabalhador alcoólatra, dependente do álcool, pior ficará a sua vida e de sua família.

Quando fui Prefeito de Londrina, as chefias fizeram uma lista de 23 funcionários da nossa Prefeitura para que eles fossem demitidos, porque eram alcoólatras. Ao invés de demiti-los, fiz um entendimento com o SINDISERV - Sindicato dos Servidores da Prefeitura, perguntei o que seria da família desses operários da Prefeitura se jogassem esse pessoal na rua. Fizemos um trabalho, um curso, todos eles foram recuperados e nenhum foi demitido. O SINDISERV mobilizou especialistas e esse pessoal passou, não só por esse curso, mas por um tratamento, um acompanhamento e graças a Deus todos foram recuperados.

Então, senhores patrões, quando tiverem o mesmo problema de um empregado ou empregada que é dependente ou alcoólatra, não demitam e amoleçam o seu coração. Vamos estender a mão, tentar tirar essa pessoa que está ali na porta do abismo e trazê-la de volta ao caminho correto da sua vida, para que volte a ser um bom pai de família, um bom esposo e trabalhador, para que volte a render como empregado de sua empresa.

Demitir é um ato desumano, que vai colocar no olho da rua um pai de família e, certamente, a sua vida se transformará em uma desgraça. O melhor caminho é recuperá-los, com pessoas qualificadas.

Continuamos defendendo que esse projeto desse Senador seja aprovado, para proibir os patrões de demitirem funcionários que são dependentes do álcool.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)

Próximo orador, no Pequeno Expediente, Deputado Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente Deputado Antonio Anibelli, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos paranaenses que nos acompanham com suas presenças ou pela tevê e nos dão a oportunidade de comunicar a atividade parlamentar, como está acontecendo em tempo real, nos dando condições de tratar de temas relevantes em defesa da população do Paraná.

A exemplo dos demais Deputados, recebemos o Plano Diretor para o agronegócio do Paraná, elaborado pela Federação da Agricultura do Paraná. Dias atrás comecei a estudar essa questão no nosso Estado, o que está propondo a Federação da Agricultura para os novos governantes do Estado e do Brasil, avaliando também na atividade parlamentar, onde poderemos encontrar pontos de desenvolvimento, investimento e adequação dentro desse Plano Diretor.

Encontramos na legislação moderna o Estatuto da Cidade na Administração Pública, que fala do Plano Diretor na gestão. E o Plano Diretor para a agricultura me pareceu muito importante, porque nos dá a condição de visualizar questões fundamentais para o desenvolvimento do agronegócio.

Então, quero destacar esse trabalho, parabenizar a Federação da Agricultura e até dar oportunidade, por intermédio da TV SINAL, da Rede MERCOSUL, para que todos os paranaenses possam ter conhecimento também desse grande trabalho, do benefício.

Algumas proposições de políticas públicas da FAEP para o setor agropecuário, desde o planejamento agrícola, o incentivo fiscal, como renegociar as dívidas, como fazer o desenvolvimento no setor dando novas oportunidades, e gostaria de destacar aqui, dentro do planejamento agrícola, a necessidade, como diz aqui, da criação de uma Agência Estadual do Desenvolvimento do Agronegócio, para alavancar esse setor.

E diz aqui: *É necessário que as cadeias produtivas regionais, os vetores, o produtor rural, as indústrias e suas organizações representativas estejam em conexão com os Governos Estadual e Municipal, para que eles voltem a ser indutores e reguladores do setor.*

Isto também fazendo um foco, Deputado Anibelli, sem dúvida nenhuma, ao desenvolvimento ligado às políticas públicas do Governo Federal.

Coloca também como uma proposta de atuação do Governo do Estado de adotar um plano agrícola e pecuário junto com a política federal, Deputada Cida Borghetti, válido para cinco anos, com regras claras de atuação do Governo Federal na política agrícola.

Traz também a possibilidade, a indicação de reativar a Câmara Setorial de Crédito e Seguro do Ministério da Agricultura, com o objetivo de articular e negociar entre os setores público e privado, ajustamento e alterações da política agrícola.

E vai mais, quando entra na questão do crédito rural, que sabemos que o Paraná é um celeiro do Brasil, é um Estado absolutamente produtivo, temos este orgulho, mas ao mesmo tempo temos a responsabilidade, Deputado Belinati, de continuarmos muito atentos à produtividade no Estado do Paraná.

E aqui também faz uma proposta para o Governo do Estado, temos um projeto muito bom do Governo que é a questão do Programa Trator Solidário. Busca-se contemplar todos os produtores enquadrados no PRONAF e no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural e ampliar o financiamento do setor através do BRDE e agências de fomento.

E vai mais além a proposta, reformular o modelo e a legislação do crédito rural, criada, vejam em 1965, e criar também um crédito rotativo para o custeio comercial, equacionar o endividamento do setor com programa de composição de dívidas de longo prazo, que leva em consideração a capacidade de pagamento.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

E dentro dessa reorganização sabemos que no Brasil, portanto no Paraná, temos pequenos agricultores endividados que têm que buscar o financiamento para se reorganizar para o futuro, tendo a dívida do passado.

Sabemos que o Govenro já buscou algumas alternativas, mas precisamos mais realmente de políticas que possam beneficiar e dar condições da capacidade de pagamento dos produtores.

Agora, dentro dessa proposta da Federação da Agricultura do Paraná, também se abriu um tópico relacionado ao seguro rural, que é de ampliar aqui no Governo do Estado, de 6 milhões ao ano de recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico para 18 milhões no programa de subvenção estadual do prêmio do seguro rural, e também contemplar o programa de subvenção estadual do seguro rural, todas as atividades agropecuárias previstas no programa do Governo Federal, ampliar os recursos desses programas do seguro rural garantindo como meta a cobertura de 50% da área de agricultura no Brasil até 2014 na modalidade de seguro agrícola.

Além dessas questões há uma outra grande proposta também ligada à política nacional de fertilizantes. Temos propostas trazidas pela federação para desonerar o ICMS dos fertilizantes comercializados dentro e fora do Estado e também estimular uma política nacional de produção, importação, aplicação, distribuição dos fertilizantes, prevendo incentivos fiscais à produção nacional de fertilizantes com o objetivo de tornar o País autossuficiente neste setor. São questões muito relevantes que têm chamado atenção desse setor.

Outro ponto: quando pensamos na safra, quando pensamos no desenvolvimento produtivo deste Estado, temos que pensar também nos portos de Paranaguá e

Antonina. Uma grande sugestão é a construção do cais oeste de Paranaguá, com a extensão de 820 metros para uso como terminal de contêineres e carga em geral, conforme projeto original já licitado em 2002, substituição da estrutura de proteção do cais do porto de Paranaguá em toda a sua extensão. Incluir nos orçamentos anuais da União, isso é uma proposta para os Deputados Federais, os valores referentes às obras de aprofundamento do canal de acesso dos berços de atracação do porto de Paranaguá.

São políticas que vão trazendo desenvolvimento e também contemplam as ferrovias do Estado do Paraná, a construção do trecho de ferrovia de Cascavel e Guaíra; construção do trecho de aproximadamente 100 quilômetros entre Campo Mourão e Jussara para interligar Campo Mourão com a ferrovia central do Paraná. Prolongamento da ferrovia entre Cianorte e a barranca do rio Paraná, além de outras questões ligadas ao gargalo ferroviário entre Guarapuava e Ponta Grossa, avaliando qual alternativa, sob o ponto de vista técnico, econômico e financeiro é mais viável nesse trecho. E a construção de um novo trecho entre Curitiba e Paranaguá, aumentando a capacidade de carga sobre a ferrovia, a velocidade das composições e a diminuição do custo operacional. Isso nos dá a certeza de um desenvolvimento muito maior da nossa sociedade na questão social e também econômica.

Rodovias: finalizar a BR-487, a Estrada Boiadeira, uma construção de aproximadamente 10 quilômetros entre a BR-277 e o porto de Antonina; a finalização da duplicação da Rodovia Régis Bittencourt entre Curitiba e São Paulo, em construção já há muitos anos. Finalização e pavimentação da BR-487 entre Ipiranga e Cândido de Abreu.

Estas são algumas questões que entendi como relevantes ressaltar, mas o que me chamou muito a atenção é a proposta de ação para o Governo do Estado no aspecto fiscal: desburocratizar o processo de compensação de créditos tributários para os produtores para que possamos ter crescimento, também desonerar o ICMS dos insumos produzidos e comercializados dentro do Estado e reduzir a alíquota de ICMS de máquinas e implementos. São propostas relevantes que tenho estudado e estou tendo a oportunidade desse levantamento pela Federação de Agricultura do Paraná.

Para finalizar, gostaria de fazer uma referência à COCAMAR, de Maringá, que tem trazido tanto desenvolvimento para aquela região, para o nosso Estado e para o Brasil. Uma referência no agronegócio, na industrialização do produto agrícola. Portanto, quero parabenizar toda a diretoria da COCAMAR. Estamos muito atentos ao desenvolvimento do agronegócio do Paraná e tenho conversado muito com o setor justamente para que a Assembleia Legislativa do Paraná e o Governo possam ter um grande desenvolvimento de progresso e prosperidade para o Estado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

Deputado Rafael Greca (PMDB)

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar um comentário do processo político que estamos vivendo e que está em curso no Estado do Paraná e no Brasil. Temos postas as candidaturas a Presidência da República de Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva. Temos posta a candidatura ao Governo do Estado de Osmar Dias, Carlos Alberto Richa e do jovem Vereador de Curitiba, Salamuni, pelo PV. A população aos poucos vai se inteirar que o Presidente Lula e a candidata Dilma apoiam a candidatura de Osmar Dias; que a candidatura de Beto Richa é apoiada por José Serra e pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso; e que a candidatura do Salamuni é apoiada pela Marina Silva e pelas hostes do PV. A pesquisa eleitoral repetidamente tem dado vantagem à candidata Dilma Rousseff em todo o Brasil por mais de 10 pontos, e paralelamente a isso a pesquisa eleitoral no Paraná tem dado vantagem ao candidato Carlos Alberto Richa, superando o nosso candidato o Senador Osmar Dias.

A história dirá se o Paraná quer ser diferente do resto do Brasil, se o Paraná quer votar contra o Lula, se o Paraná quer votar contra a candidata ou à candidatura proposta pelo Lula. A história dirá se o Paraná será uma exceção no mapa do Brasil nessa eleição, votando no ex-Prefeito de Curitiba Beto Richa. Posto isso, não sem ver a satisfação de ver a candidata Dilma Rousseff pontuando nas pesquisas na liderança.

Tenho a comunicar à Assembleia que no último sábado começaram as regularizações fundiárias do bairro Guarituba em Piraquara, onde se erguem 953 novas casas para moradias de famílias em áreas de risco. As primeiras 1 mil famílias tiveram os seus terrenos regularizados pela COHAPAR em atendimento feito na Escola Juarez Endrich, na região da rua Iuri Damilenco, numa ampla e exaustiva sessão de regularização fundiária sem precedentes na história da grande Curitiba, que se estendeu por todo o dia de sábado no bairro Guarituba.

Mas agora quero fazer um comunicado que é suprapartidário e que é do nosso orgulho de sermos paranaenses e curitibanos. A atriz curitibana Simone Spoladore venceu o Festival de Gramado considerada a melhor atriz do Brasil. Essa menina filha de pais curitibanos, filha do Sr. Otávio Spoladore e da Dona Rúbia Avelino da Silva Spoladore, menina do Jardim Social, mocinha da Cidade que nasceu em Curitiba em outubro de 1978, e que se celebrou na televisão como a Maria Monforte, personagem enigmático de Eça de Queiroz, na série Os Maias. Essa menina agora vence o Festival de Gramado

com o filme: “Não sei Viver sem Amor”. O filme que tem roteiro de Dani Patar e Jorge Duran, tem a fotografia também premiada como a melhor do cinema brasileiro a cargo de Luiz Abramo.

A Simone chega ao ápice da sua carreira artística com essa premiação no 38º Festival de Gramado. A melhor atriz do Brasil é de Curitiba, a melhor atriz do Brasil fez curtas metragens e longas metragens em Curitiba, e também fez teatro em Curitiba. A Simone iniciou a sua carreira com a peça “Meno Male”, dirigida pelo saudoso Sale Woloquita, em 1995, quando eu ainda era Prefeito da Cidade. Também trilho no espetáculo “Juventude”, do Felipe Irche, e no espetáculo “Onde estivessem à Noite”, do admirável diretor de teatro, mentor do Teatro Cleon Jacques, da Fundação Cultural de Curitiba, Edson Bueno.

Mas na carreira da Simone, o que mais me gratifica é que ela fez a Oribela, personagem que, embarcada numa caravela, atravessa de Portugal até o Brasil e vive os primeiros anos da formação do Brasil no famoso filme “Desmundo”, também protagonizado pela grande atriz paulistana Beatriz Segal. O “Desmundo” é o filme do Alan Fresno, que leva a Oribela a bordo da caravela.

Falo sobre isso porque muitas vezes, por conta de uma capa equivocada da revista Veja, as pessoas pensam que aquela caravela dos 500 anos do Brasil, sonhado pelo Vice-Presidente Sr. Marco Maciel, foi a pique. Não só ela não foi a pique, como ela funciona e passa bem, tanto que a Simone Spoladore está viva e ganhou anteontem o Festival de Gramado, ela tripulante da caravela no papel da Oribela. A caravela está funcionando no Clube Naval do Rio de Janeiro, parte de um projeto de resgate da memória do Brasil.

Então, vim à tribuna falar da Simone Spoladore, e por sugestão da minha Margarita vim contar ao Paraná que a Simone Spoladore também foi personagem ligada a essa caravela sonhada pelo então Vice-Presidente da República, Dr. Marco Maciel, como um tributo à Mariinha brasileira e que a revista Veja me atribuiu.

Na verdade, na época falaram muito da caravela porque não queriam falar, porque me mandavam ou me pediam para sair do Ministério, porque eu queria controlar os bingos dando a eles a condição de realmente financiarem o esporte. Eles que tinham encilhados os esportistas do Brasil, no seu projeto de lucro e de volúpia detestavam a ideia de serem controlados. Por isso, porque não se podia contar, porque que o Ministro Greca não servia, se contou essa lenda da caravela. E gente como a Beatriz Segal, a grande atriz que eu falei, veterana, que protagonizou o “Desmundo”, e a Simone Spoladore, me ajudam a desmentir, porque embarcaram na caravela das filmagens de “Desmundo”, em 2003. Falei da vitória da atriz curitibana, Simone Spoladore, personagem do teatro nacional, considerada no Festival de Gramado a melhor atriz do Brasil.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Obrigado Deputado, quero cumprimentá-lo pela lembrança e pelo registro e quero apenas citar que a Simone, filha de um companheiro nosso do Banco do Brasil, Otávio Spoladore, e da Rúbia, fiel companheira do Banco Itaú, tem uma peculiaridade que é interessante. Desde pequena, com dois ou três anos, porque conheço o Otávio há mais de 30 anos, ele levava a Simone para o cinema e por noites e noites ficava, na época, todas as noites vendo filmes, e das suas três filhas a Simone sempre o acompanhou.

Estou dizendo isso porque muitas vezes família é fundamental para que as pessoas desenvolvam determinadas habilidades, formas de expressão, que talvez sem aquela oportunidade não tivéssemos hoje o seu pronunciamento homenageando uma pessoa do Estado do Paraná pelo trabalho que vem sendo feito e pelo que já fez.

Parabéns pela oportunidade e é bom que façamos sempre a referência a alguém do Estado do Paraná e na Cidade de Curitiba. Muitas vezes nos lembramos do eixo Rio/São Paulo e esquecemos que temos excelentes profissionais aqui na nossa Cidade.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

O seu aparte enriquece o meu pronunciamento e me lembro do Otávio, cinéfilo, nas sessões da Cinemateca de Curitiba também com a pequena menina.

Mais do que isso, quero recordar que uma Cidade, quando investe na cultura e no conhecimento, ela se torna uma Cidade produtora de talentos.

Temos aí a Guta Stresser, estrela de A Grande Família; temos o ator Weber, famoso protagonista de várias minisséries e novelas da TV Globo; temos também a Maria Fernanda Cândido; temos a Simone Spoladore, na geração dos grandes artistas do Brasil; com muita propriedade o Ari Fontoura, que nós meninos nos deliciávamos com ele satirizando os políticos no papel do Dr. Pomposo Ribeiro, num telegrama do alvorecer em Curitiba e no Brasil.

A Simone Spoladore representa essa qualidade de Curitiba, que se deve à sucessão de Prefeitos que valorizaram a Educação. Os Prefeitos antigos, Ivo Arzua, Jaime Lerner, Saul Raiz, Roberto Requião, Maurício Fruet, também esse seu irmão Rafael Greca.

Outro dia, vendo a fábrica da Siemens, descobri que tudo que quebra no mundo da marca Siemens é embarcado no aeroporto internacional e colocado num container e trazido para reparos em Curitiba. Saindo da mundial de reparos Siemens, que para nosso orgulho funciona em Curitiba, encontrei um jovem engenheiro chamado Wager, que me olhou e disse: “Prefeito, quero agradecer porque só sou engenheiro chefe dos reparos da Siemens porque eu, menino, do bairro do Cajuru, tive a chance de ter acesso aos livros e aos computadores dos Faróis do Saber e ao excelente ensino público do Colégio Omar Sabag.

Deputados, todos que nos ouvem, temos muito a pensar sobre a nossa responsabilidade com relação à Educação. O que mais me atrai na candidatura do Osmar Dias e na candidatura da Dilma Rousseff é seu compromisso irrestrito, amplo e singular com a Educação e com a Cultura do Brasil.

A ideia de se multiplicarem as escolas técnicas, o Lula fez 218 escolas técnicas. O Brasil tinha 114 antes dele, agora são quase 400. A ideia de se valorizar a universidade, o Paraná só tinha uma Universidade Federal antes do Lula, a nossa Universidade Federal do Paraná, fundada em 1912 e depois federalizada por luta do Macedo Filho, aliás, parente meu da parte do meu pai, do meu avô, a Universidade Federal federalizada em 1947. Mas agora temos a UNILA, já junto a ITAIPU, feita pelo Presidente Lula; temos a Universidade Federal do Sudoeste, na antiga Universidade Católica de Dom Agostinho Sartori, que o Roberto Requião comprou e o Presidente Lula federalizou; e temos a magnífica Escola Técnica, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que ombreia com a antiga Universidade do Paraná, onde a maioria de nós, da minha geração, pôde estudar um ensino público de qualidade.

Queira Deus que a próxima gestão da Presidência da República e também do Governo do Paraná contemplem a federalização de mais e mais universidades, para que muitas outras mocinhas da Cidade, como a Simone Spoladore, possam chegar ao patamar que ela chegou, vencendo o Festival de Gramado, na sua edição 38ª, como a melhor atriz do Brasil.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Daqui a pouco vamos votar mais uma PEC. Pediria aos Deputados que precisamos de 34 Deputados no Plenário. Esta PEC visa regularizar algo que, do nosso ponto de vista, é inconstitucional, que é a presença de membros do Ministério Público no Conselho da Polícia. Está devidamente provado que a presença de membros do Ministério Público no Conselho da Polícia não é constitucional.

Me chama atenção agora, e fiquei preocupado com isso, os membros desse Conselho recebem jetom ao participar do Conselho. E a Lei Orgânica do Ministério Público proíbe que membros do Ministério Público tenham mais do que uma função, a não ser a sala de aula. Então, esta questão que alguns membros do Ministério Público estão recebendo jetom por estarem no Conselho da Polícia, também me parece ser ilegal.

Então, desta forma, o correto é deixar o Conselho da Polícia para os membros da Polícia, que têm que tratar. Conselho do Ministério Público é do Ministério Público. Imaginem os senhores se lá no Conselho do Ministério Público tivesse um Deputado ou um membro da Polícia. Ou no Conselho do Tribunal de Justiça tivesse, vice-versa, alguém da Polícia. Cada setor do Estado, cada categoria, cada órgão, tem que ter o seu conselho. Não pode ter membro de outros conselhos naquele.

Para os senhores terem uma ideia, no Rio Grande do Sul existiam promotores no conselho e hoje já não existem mais, e lá muitos policiais estão conseguindo voltar a ter direito, até maus policiais conseguem voltar porque é ilegal aquilo que foi decidido pelo conselho, porque havia membros do Ministério Público.

Então, essa minha PEC regulamenta a legalidade e deixa um alerta que eu, sinceramente, gostaria de ter mais informações. O Ministério Público, sempre muito transparente, poderia nos informar sobre essa questão se o membro do Ministério Público pode receber esse jetom. Essa é uma dúvida que tenho, porque a própria Lei Orgânica do Ministério Público determina que ele não pode ter dois vínculos e geralmente um membro do Ministério Público tem que trabalhar 40 horas. Isso foi uma coisa que me chamou a atenção: quanto tempo trabalha um membro do Ministério Público em uma faculdade? São 20 ou 40 horas? Essa é uma dúvida que também quero tirar. Quanto tempo trabalha um membro do Ministério Público em uma sala de aula? Se são 20 horas, então ele trabalha durante o dia no Ministério Público e à noite ele trabalha 20 horas na escola. Como é que se acerta esses horários na faculdade em que ele dá aula? Bom, isso é um outro tema.

Pediria apoio aos Deputados porque acho que é a valorização da Polícia. Nós aqui não temos Conselhos dos Deputados, mas se tivéssemos, teria que ser com Deputados. O que o Sindicato da Polícia está pedindo hoje é exatamente isso. Então, peço aos companheiros que compareçam para que discutamos este tema e votemos. Acho que é muito importante a Polícia ter o seu direito.

Por outro lado, outro dia aqui me disseram que o Governador Pessuti está bravo comigo. Ele não tem que ficar bravo comigo porque outro dia o xinguei aqui. Ele tem é que fazer as coisas, porque aí vou cumprimentá-lo. Não adianta ele dizer que está bravo comigo; ele tem que estar bravo com quem fala mal dele ou com quem barrou a sua candidatura. Não barrei a candidatura dele, ajudei a viabilizar e não consegui. Não adianta ficar bravo comigo. Ele tem que ficar bravo com quem o pegou e jogou no lixo, sendo que muitas vezes é gente do partido dele, que hoje está lá almoçando com ele. Eu pelo menos nunca o traí, sempre estive ao seu lado e vou estar até o último dia. Agora, vou cobrar o que é de direito.

Aqui recebo uma correspondência que ele me manda dizendo que o IML de Ponta Grossa está em boas condições. Escrever é fácil, mas quero ver lá! E ele diz

aqui que o Secretário da Segurança, o Coronel Serpa, garante que esta semana teremos uma nova viatura em Ponta Grossa. Então, valeu a xingada que dei aqui. É só no xingo que funcionam as coisas! Ele disse que vai uma viatura nova para Ponta Grossa. Ele mandou esse documento na semana passada e está comunicando ao Governador que na próxima semana o IML de Ponta Grossa vai receber uma viatura. Isso é o Serpa dizendo ao Pessuti e o Pessuti me mandou uma cópia agora para dizer que deu um pega no Serpa. Espero que não tenha que chamá-lo de mentiroso na semana que vem de novo, porque esta semana termina na sexta-feira e espero ver essa viatura, que já deveria estar lá. Então, valeu o xingo, e o Sr. Pessuti que não fique bravo comigo porque eu nunca lhe traí e sempre fui seu companheiro, até nos momentos difíceis. Ele tem que ficar bravo com quem o traiu e está lá hoje beijando-o.

Sr. Presidente, chamou-me a atenção uma coisa. Acordo às 5h e até chegar à rádio ligo na CBN cedinho para ouvir alguma notícia boa, até porque depois vou fazer rádio também. E a CBN deu uma notícia hoje cedo dizendo que o Guilherme Leal, vice-candidato da Marina, estava fazendo uma doação de R\$ 1 milhão para a campanha da Marina. Isso me chamou atenção, bem cedo. Ele está fazendo uma doação da empresa Natura de R\$ 1 milhão para a campanha da Marina. E vi outro dia uma relação também aqui e queria saber se pode doador de campanha estar devendo.

Deputado Greca, V. Exa. que lê todos os livros, acha que pode um cara que está devendo para o Estado fazer uma doação ou uma empresa? Não é legal isso! Porque na campanha de Prefeito eu também vi algumas empresas que devem ao Estado fazerem doação de campanha. Pode isso? Queria perguntar à Justiça Federal, uma empresa que deve milhões ao Estado pode fazer doação a um candidato? Uma boa pergunta para o TSE ou para a Receita Federal. Uma empresa que não paga a conta para o povo pode fazer doação de campanha? Pode ser legal, mas é imoral. Isso me chamou a atenção e fiquei muito curioso.

E para terminar, trouxe um documento para o Deputado Luiz Claudio Romanelli e também vou entregar ao Presidente da OAB, uma cópia de um requerimento que fiz aqui assinado pelo Ministério Público, que diz que não pode dizer quanto ganha o promotor. O Presidente da OAB diz que todo dinheiro público não tem sigilo. Está aqui, tem sim. Está aqui um parecer do Ministério Público recebido agora, dia 14 de julho. E vou repassar ao Ministério Público também um parecer, assinado em 1º de julho de 2009 pelo Presidente do Tribunal de Justiça Carlos Hoffmann, dizendo que também não pode informar algumas coisas que foram solicitadas pela Comissão de Fiscalização desta Casa. Aqui está o sigilo que se diz público, existe, não informa.

Quanto à questão do Projeto da Transparência, hoje discutiram a questão e não o conteúdo. Temos a Lei Estadual nº 14603, de 28 de dezembro de 2004, assinada

por Roberto Requião, que dispõe que: *Todos os Poderes Públicos do Paraná deverão atender o princípio da publicidade, estabelecendo o sistema para tal finalidade e acrescentando atribuições novas ao departamento da Imprensa Oficial do Estado.* Colocando que tudo tem que ser publicado. Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, tudo que está no projeto está aqui nessa lei. Por isso que é inconstitucional. Tudo o que eles querem está aqui. E Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009.

Vou passar para a imprensa um roteiro, porque acho que é inconstitucional a lei. Não fui eu que fiz isso aqui. Quem fez isso foram os assessores da CCJ. Que os juristas deste Estado discutam isso. Não precisamos de novas leis; precisamos cumprir as que já existem. Nenhuma das emendas que estão feitas é melhor do que já se tem na Lei nº 131, na Lei nº 101 e na Lei nº 14603. Não precisamos de novas leis; precisamos cumprir as que já existem, mas cumprir.

Muita gente fica comentando a confusão e não fala o que eu quero colocar aqui. Tem que perguntar para alguém que entende. Fora o parecer dos meninos aqui da CCJ o projeto de lei é inconstitucional, porque já existe tudo! Não podemos fazer uma lei que vai ferir e o Ministério Público está dizendo isso: a Assembleia não pode fazer uma lei que vai nos obrigar a fazer isso. É lei federal que diz que é assim e não adianta, é lei! O que tem de fazer? Mudar a lei em Brasília. Quem muda? Os Deputados Federais, os Senadores.

Queria esclarecer que o teor dessa confusão toda é que o projeto é inconstitucional. Não que eu seja contra a transparência; pelo contrário, estamos vivendo uma nova era: transparência total. Transparência total é colocar na internet tudo que você faz. Por exemplo: se vocês entram no meu site vão ver tudo que recebo da Assembleia, coisa que nunca aconteceu. Por isso posso falar de transparência. Alguém pode dizer: “E o passado?” No passado podia tudo e no País inteiro ainda pode em muitos Legislativos. Nós aqui estamos dando uma virada geral, e nessa virada aparece lá a prestação de contas que estou fazendo e que não é uma determinação da Assembleia, mas é uma determinação da lei e a lei diz que temos de fazer isso.

No meu site você vai ver os meus cheques, quanto que eu ganho. Até outro dia tive que explicar a um jovem, que me enviou um e-mail, que estava indignado comigo. Queria saber por que eu estava pagando duas pensões! É porque tenho duas ex-mulheres, então tem que pagar e é tirado da fonte. Ele estava bravo. Mas é o salário do Deputado que desconta a pensão que é determinada pela Justiça. Tudo isso está na internet, até vocês vão encontrar lá, hoje, a minha prestação de contas dos últimos dias. Por isso que falo de transparência e temos que viver uma nova era.

Então, Sr. Presidente, vou encaminhar ao nosso valoroso Presidente da OAB e faria um apelo a ele: queria saber quanto fatura a OAB. Eles podem nos cobrar e

nós podemos cobrá-los também! Quanto fatura a OAB, quanto é arrecadado de contribuição daquela taxa da OAB? O que é feito com o dinheiro? Será que não pode publicar isso? Acho que caberia! Se não puder ser solicitado isso, vou solicitar a um advogado que é membro da OAB e que está em dia com as contribuições que faça. Gostaria que ele mandasse a esta Casa tudo que ele faz com o dinheiro, se teve festa, se a OAB pagou a festa, se não pagou, se teve viagem, se teve diária, e que mostre também! Se o Poder Legislativo tem que mostrar, eles também devem isso a um novo Paraná ou ao Paraná que nós queremos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do PT concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com relação a essa PEC que precisa de uma votação qualificada, acho que ainda há uma série de dúvidas com relação a essa PEC. Uma delas, colocada pelos delegados de Polícia que estão aqui presentes, essa mudança se deu a partir de 2003. O SINCLAPOL tem colocado algumas dúvidas com relação a essa modificação que está sendo proposta e se for aprovada será feita, mas acredito que o Deputado Jocelito quando encaminha, encaminha no sentido de termos a preocupação de não incorreremos numa inconstitucionalidade, como está sendo dito, se ela está acontecendo hoje. Realmente me parece que é um tema delicado e tem que ser analisado com muito cuidado.

Mas venho à tribuna, hoje, apenas para fazer um registro. Estive quarta-feira passada, juntamente com outros Deputados com o professor Nildo, que é o Secretário da Ciência e Tecnologia, que em princípio não tem nenhuma relação com a Defensoria Pública, obviamente. Mas, por ser uma pessoa que tem um vasto conhecimento na área jurídica, foi incumbido pelo Governador Orlando Pessuti de elaborar o anteprojeto que será enviado a esta Casa para que tenhamos a Defensoria Pública. E segundo o professor Nildo esse projeto deverá vir ainda no mês de setembro. Poderíamos tê-lo recebido agora, nos primeiros dias de agosto, mas isso não foi feito porque no projeto original, ou seja, no projeto que foi acertado, encaminhado e discutido, inclusive com a Secretaria da Administração, estava previsto apenas o número de defensores que seriam contratados via concurso público, provavelmente a partir do ano que vem. Mas não a estrutura.

Então, quero deixar registrado que estamos fazendo o acompanhamento desse processo. Espero que esse projeto venha a esta Casa, que possamos ter além

daqueles 28 milhões que estão sendo disponibilizados para o ano que vem, um orçamento compatível com aquilo que deve ser a Defensoria Pública com independência financeira e também com todo o processo de quadro, de carreira que acontece já em todos os outros Estados da Federação, excetuando Santa Catarina e Paraná. E que tenhamos aqui, finalmente, o Estado do Paraná saindo desta situação bastante incômoda.

O professor Nildo nos mostrou nesse anteprojeto algumas das especificidades dele e acho que teremos aí uma bela oportunidade de darmos cabo dessa missão e, finalmente, depois de 19 anos, teremos a Defensoria Pública, que em princípio atenderá Curitiba, Região Metropolitana e algumas Cidades do interior. Mas nos próximos anos certamente atenderá todo o Estado do Paraná, como deve ser feito, com aquilo que preconiza nossa Constituição Federal de 1988 e a nossa Constituição Estadual de 1989.

Era isso e vamos votar a emenda que está sendo proposta aqui pelo Deputado Jocelito Canto. Ficando claro, Deputado Jocelito Canto, em que pese suas afirmações com relação ao Ministério Público de que recebe ou não pode receber. Acho que V. Exa. deveria encaminhar um pedido direto ao Ministério Público. Não me parece que esse tom que muitas vezes pode - e creio que V. Exa. não está com este objetivo - servir como uma base de retaliação àqueles que nos investigam, e corretamente nos investigam, acho que não é prudente, não é pertinente e não é bom para ninguém. Cada um tem sua tarefa, cada um tem sua obrigação e se cada um cumprir com suas tarefas e com suas obrigações certamente o Estado republicano será, de fato, republicano. Caso contrário vamos ficar nessas miudezas que não ajudam a Assembleia, nem o Ministério Público, nem os demais Poderes do Estado do Paraná.

Não tenho procuração nem a intenção de fazer qualquer tipo de defesa da Ordem dos Advogados do Brasil, Deputado Jocelito Canto, mas acho que há uma diferença entre a Assembleia e a OAB, bastante óbvia. Se, porventura, os advogados não quiserem contribuir com a OAB, e podemos até discutir sobre a sua legitimidade, legalidade ou necessidade, podemos. Mas dizer que como a Assembleia tem que prestar contas também a OAB tenha de prestar contas no mesmo sentido, eu, pessoalmente, acho que é um grande equívoco, porque estamos colocando no mesmo patamar um Poder e uma instituição que não tem, obviamente, a mesma colocação e não tem a mesma abrangência na sociedade.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Antes que comece a Ordem do Dia, quero requerer a retirada da PEC de votação, porque temos poucos Deputados no plenário e não há número suficiente para a maioria constitucional. Entendo que uma matéria dessa

importância precisaria ter um quórum qualificado. Consultaria V. Exa. se não é melhor deixar para votar amanhã, porque temos 38 Deputados. Não se trata de oposição, o mérito da matéria; é por medo de que, havendo votos contrários, não se cumpra a exigência constitucional necessária para a aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vamos fazer, Deputado Rafael Greca, um esforço para que ela seja votada. Via de regra a PEC não pode ser retirada. Quero crer que se fizermos a chamada nominal teremos aqui os 34 Deputados para a votação de uma matéria tão importante como essa, o que seria um desrespeito aos nossos delegados aqui presentes. Se não votarmos hoje, amanhã é que não teremos 34 Deputados.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Desrespeito maior é não conseguirmos aprovar isso.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou pedir a chamada aos Srs. Deputados. Tínhamos 39 Deputados que firmaram aqui a presença. Portanto, imaginamos que tenhamos 40 Deputados presentes e com isso temos que votar.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sei que não vamos encontrar amparo regimental, mas acabo de receber um telefonema do Deputado Péricles de Mello, que lamenta não poder estar aqui, por um motivo justo, pelo falecimento do seu sogro. Ele gostaria de verificar a possibilidade dessa matéria voltar à pauta na próxima Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O Deputado me telefonou, narrando o falecimento de seu sogro e que ele estava no guardamento.

Se tivermos aqui os 34, iremos votar. Tenho que cumprir o Regimento. Temos 40 Deputados no plenário.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Fernando Scanavaca, para que proceda a chamada nominal, para verificação de quórum.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Fernando Scanavaca)

(Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 076/10, subscrita pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei objetivando isentar dos tributos estaduais que especifica, os fatos geradores relacionados às competições da Copa das Confederações da Federação Internacional de Football Association - FIFA, de 2013 e da Copa do Mundo da FIFA de 2014. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 084/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando que estará afastado do País no período de 20 a 30 de agosto do corrente ano, em viagem aos Estados Unidos da América, para tratar de diversos assuntos de interesse do Estado. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício nº 129/10, subscrito pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, constante do expediente, acusando o recebimento do Ofício nº 161/10 - DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição a mim conferida pelo artigo 87, inciso VII combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetou parcialmente, o Projeto de Lei nº 187/10, por considerar as partes vetadas inconstitucionais e contrárias ao interesse público. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Comunicado, subscrito pelo Exmo. Sr. Presidente Nelson Justus, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda à Constituição nº 064/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, que objetiva dar nova redação aos parágrafos 9º, 10 e 14 do artigo 45 da Constituição Estadual, já foi publicada no Diário da Assembleia e está sendo distribuída em avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. De acordo com o artigo 192 do Regimento Interno está aberto o prazo de três dias para apresentação de emendas à proposta. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, solicitando aos Srs. Líderes do PMDB, PSDB, PT, Democratas, PP e Bloco PRB/PSB/PV, indicarem membro partidário para compor a Comissão Especial de Reforma da Constituição, que irá opinar, no prazo de 20 dias, sobre a Proposição nº 035/10, de autoria do Deputado Nelson Justus, que acresce parágrafo 3º ao artigo 154 da Constituição Estadual (Das Políticas Agrícola e Agrária). Sendo indicados: PMDB - Luiz Claudio Romanelli, PSDB - Ademar Traiano, PT - Enio Verri, Democratas - Osmar Bertoldi como relator, PP-Duílio Genari, Bloco PRB/PSB/PV - Reni Pereira como Presidente. Sendo que entre os Partidos PP e Bloco PRB/PSB/PV, foi vencido por sorteio o Bloco PRB/PSB/PV. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 145/10, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a estadualização da estrada que liga a Cidade de Teixeira Soares à BR-277 na localidade de Rio D'Areia de Cima. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 146/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a elaboração de decreto governamental referente ao artigo 4º da Lei nº 16468, de 30/03/10. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3129-A, de autoria do Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 17 de agosto do corrente ano, por estar representando esta Casa de Leis, em viagem ao interior do Estado. **À Comissão Executiva.**

Informo aos Srs. Deputados que a Proposta de Emenda à Constituição nº 064, que objetiva dar nova redação aos parágrafos 9º, 10 e 14 do artigo 45 da Constituição Estadual, já foi publicada no Diário da Assembleia e está sendo distribuída em Avulso, sempre lembrando, em Avulso e no Diário da Assembleia, para conhecimento dos Srs. Deputados.

De acordo com o artigo 192, a partir de hoje está aberto o prazo de três dias para apresentação de emendas às propostas.

Então, está sendo já distribuída a PEC nº 064.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (PEC)

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 026/10, Proposta de Emenda à Constituição, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que altera a redação do parágrafo 2º, do artigo 47 da Constituição do Estado do Paraná. (VOTAÇÃO NOMINAL CONFORME ARTIGO 194 DO REGIMENTO INTERNO). (Publ. no DA nº 057/10, de 31/06/10, em Proposta de Emenda à Constituição e em Avulso).

COMISSÃO ESPECIAL
DE REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO Nº 026/10

P A R E C E R :

A presente proposição em tela, de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto, tem por objetivo alterar o parágrafo 2º do artigo 47 da Constituição do Estado.

A Constituição do Estado quando trata do Conselho de Polícia Civil define somente as atribuições do mesmo, nada dispondo sobre sua composição.

A proposta procura assegurar, exclusivamente, aos Delegados de Polícia a composição do Conselho da Polícia Civil, em conformidade com a Constituição Federal, que no artigo 57, inciso XII, que quando dispõe sobre o controle externo na atividade policial, visando a atividade de persecução penal e controle de ilegalidade ou abuso de poder, restringiu-se atividade fim da Polícia Judiciária.

Isto posto, a Comissão Especial de Reforma da Constituição, apresenta parecer favorável à Proposição nº 026/10, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11/08/10.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho uma dúvida aqui, a Deputada Rosane está levantando uma questão, o Deputado Péricles não está presente, ele é o relator da PEC e há uma dúvida.

O Deputado Péricles está vivendo um caso hoje de falecimento do seu sogro.

Então, eu não sei, Sr. Presidente, para depois não dizerem que queremos nos aproveitar deste momento, nós temos quórum para votar, eu não tenho dúvida que temos. Agora, há algumas dúvidas de alguns Deputados na questão do parecer do Deputado Péricles.

Então, consultaria V. Exa. como faremos, porque há alguns Deputados com dúvida. Eu não tenho dúvida, acho que o Conselho é formado pelos delegados, mas V. Exa. tem que decidir. Acho que quórum temos para isto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

É, temos quórum e vamos votar.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tem aqui alguns segmentos da Polícia do Paraná que desejariam ser incorporados também fazendo parte desse conselho.

Porém, em se tratando de uma emenda constitucional, a Dra. Lídia estava nos informando agora há pouco, eu indago a V. Exa., porque a informação que temos é que não poderíamos emendar essa proposta de emenda que está sendo votada.

Eu perguntaria, quem sabe, numa etapa posterior, teríamos que apresentar então alguma matéria para atender os segmentos que ficaram de fora?

Estão aqui, do lado direito, vários segmentos da Polícia que pleiteiam também a participação no Conselho. Eu indago a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Desculpe, mas não cabe emenda mais...

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Sem prejuízo de numa etapa posterior?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sim, nada impede. Quero deixar claro que havia uma subemenda do Deputado Péricles que era relator e depois o Deputado Romanelli ficou como relator. Então, Deputado Romanelli, ninguém melhor do que V. Exa. para dirimir possíveis dúvidas que ainda não estejam bem esclarecidas com o verdadeiro espírito desta PEC.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Bancada do Partido dos Trabalhadores que questiona aqui a emenda apresentada pelo Deputado Péricles, Deputado Stephanes também que fez um questionamento.

Eu queria dizer que a reunião da Comissão Especial que analisou a constitucionalidade da emenda proposta pelo Deputado Jocelito Canto reuniu-se de forma regular e apreciou a emenda do relator, Deputado Péricles de Mello. A emenda do Deputado Péricles desejava incluir também como integrantes do Conselho da Polícia Civil os servidores que são de outras carreiras que não a de delegados da Polícia Civil.

Sr. Presidente, estou com a proposta errada aqui nas minhas mãos e acaba dificultando a minha explicação. Presidente, pediria que a Mesa me encaminhasse a emenda constitucional com a emenda que foi apresentada pelo Deputado Péricles, para poder explicar aqui aos Deputados do que estamos tratando.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Recebo, Deputado Romanelli, até estou com o Deputado Péricles na linha que, emocionado, pede que seja retirado pelo fato de seu sogro estar sendo velado. Estou falando aqui e o Péricles está me ouvindo. Não é hábito desta Casa a retirada de uma PEC, há quórum para votação. Gostaria de consultar o Plenário, mas não gosto de abrir precedentes, há quórum, o Deputado Péricles está nos ouvindo, temos 43 Deputados no plenário.

Solicito ao Deputado Romanelli que faça a sub-relatoria, Deputado Péricles, então vamos decidir e desde já os sentimentos de todos os Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, acho que V. Exa. não poderia abrir exceção. Há uma maneira legal, regimental para que não se retire a PEC e derrube a Sessão. Agora, retirar a PEC é abrir uma exceção sem precedentes. Esta é a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

E eu concordo com V. Exa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Queria chamar a atenção de V. Exa., porque se trata de fato de regular aquilo que tem que ser regulado pela Constituição do Estado do Paraná. A Constituição diz no artigo 47: *A Polícia Civil, dirigida por delegado de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada da carreira, é instituição permanente e essencial à função da Segurança Pública.* E regula a função constitucional da Polícia Civil como Polícia Judiciária.

O que ocorre? O Deputado Jocelito, apoiado por uma ampla maioria de Parlamentares, apresentou uma Proposta de Emenda Constitucional modificando e fazendo retornar ao estado anterior a redação da composição do Conselho da Polícia Civil, que passará a ser pelo artigo, parágrafo 2º: *O Conselho da Polícia Civil é um órgão consultivo, composto exclusivamente por delegados de Polícia, preferencialmente da classe mais elevada. É o órgão consultivo, normativo e deliberativo para fins de controle de ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar nas carreiras policiais civis.*

Na prática, ocorre que o Conselho da Polícia Civil é que julga os temas relevantes à administração superior da Polícia Judiciária do Paraná, que é a Polícia Civil.

O Deputado Péricles, ouvindo as categorias de base da Polícia Civil, entende, apresenta uma emenda onde ele faz com que possa esse conselho ser composto, a cada quatro delegados de Polícia, um integrante das categorias de base da Polícia Civil.

Na análise, do ponto de vista da constitucionalidade, na emenda apresentada pelo Deputado Péricles, aquilo que o Direito Constitucional convencionou chamar de inconstitucionalidade formal, por conta de que a Polícia Civil é uma instituição baseada na hierarquia e na disciplina, não é possível que um servidor das categorias de base possa integrar o Conselho Superior de Direção da Polícia, que preferencialmente é dirigida pelos delegados de carreira, preferencialmente de 1ª classe. Não é possível que um servidor que não for delegado de Polícia possa integrar o conselho com base no ordenamento constitucional, tanto da Constituição Estadual quanto da Federal. Na prática o que aconteceria? Cada vez que um delegado de Polícia, por conta de uma representação, fosse analisado por uma situação que houvesse um processo disciplinar, este servidor de carreira ficaria impedido de poder votar. Entre outras tantas nulidades que poderiam e certamente vão suscitar demanda judicial, que trarão na verdade um grande prejuízo à Administração Pública,

especialmente no caso da administração da Polícia Civil. A comissão especial que analisou essa PEC considerou do ponto de vista legal a inconstitucionalidade formal da emenda. E essa emenda não está em discussão mais. O que está em discussão hoje para ser votado é a composição do Conselho da Polícia Civil, formado exclusivamente por integrantes da carreira de delegado, preferencialmente da classe mais elevada.

Isso, Sr. Presidente, com o devido respeito às demais categorias que integram a Polícia Civil, mas indiscutivelmente penso que essas categorias, inclusive, deveriam de uma forma extremamente objetiva compreender que a gestão da Polícia Civil tem que retornar ao controle da Polícia Civil. Quero aqui publicamente, sempre assumo as minhas posições, do ponto de vista da gestão da Segurança Pública como um todo é absolutamente importante que o conselho possa ser esse órgão superior de gestão da Polícia Civil e respeitando os ditames da Constituição Estadual e Federal.

Sr. Presidente, se o Plenário estiver preparado para votar os esclarecimentos que estão feitos e aqui se trata, de fato, de fazer um resgate histórico em relação à boa gestão da Polícia Judiciária do Paraná, que é a Polícia Civil, que tem que ser dirigida por delegados de Polícia da classe mais elevada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão vai se proceder à votação.

Com a palavra o Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Não sei se o Deputado Jocelito - tenho conversado com ele, e V. Exa. também tem conversado com o Deputado Péricles - sobre essa possibilidade da retirada da Ordem do Dia, dessa PEC, para que o Deputado Péricles possa fazer a sua defesa no plenário. Quer dizer, o recurso poderá entrar no plenário, como a emenda dele não foi aceita. Por essa razão, e sabemos o motivo que levou o Deputado Péricles a não estar presente, compreensível a ausência dele, todos nós entendemos, então nada mais justo que retirar essa PEC, para que possa ser melhor analisada, com toda a honestidade, até eu diante dos inúmeros projetos que estão tramitando aqui na Casa, e no momento político que vivemos a menos de 50 dias das eleições, vejo essa PEC na Ordem do Dia de hoje, vejo também a preocupação do Deputado Jocelito, do Deputado Romanelli.

Faço um apelo aos Srs. Parlamentares e ao Deputado Jocelito - que falou há pouco, até da possibilidade da retirada dessa PEC - para que possamos ter um entendimento melhor. Não quero dizer nem aprová-la e nem rejeitá-la. Se ficar na Ordem do Dia de hoje, corre-se o risco de até rejeitar essa PEC.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)
(Assentimento)**

Acho que tem Deputados que estão no painel mas não estão aqui, solicitaria uma nova chamada, porque tenho a impressão que temos Deputados que marcaram e que não estão neste momento. Vamos nos confundir e vamos acabar perdendo a PEC e perdendo todo o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vejam bem Deputados Jocelito Canto, Elio Rusch, Luiz Claudio Romanelli e o Valdir Rossoni que tem experiência, nesta Casa, deu a dica de que maneira poderíamos solucionar este impasse. Não vou retirar a PEC porque não posso. Agora, se vocês tomarem outras medidas...

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só solicito zerar o painel porque não temos 44 Deputados, acho que não tem nem 28.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Se zerarmos o painel e não tivermos os 28 Deputados encerramos a Sessão, e, amanhã encerrada a discussão o primeiro item da pauta é a PEC. Vamos cumprir o que nós temos combinado.

Experiente Deputado Valdir Rossoni, deu a dica. Ninguém aqui entendeu. É só fazer a chamada nominal não dá 28 encerra-se a Sessão, mas amanhã vota-se a PEC.

Não existe, não posso fazer mágica. Vou até onde meu braço alcança.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Mas pela ausência do relator, devido a um fato de causa maior, o senhor não poderia transferir essa PEC e retirá-la de uma votação?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não posso retirar. Posso deixá-la para amanhã, e se não tiver 28 Deputados no plenário? Quero votar essa PEC e temos gente aqui, não sei por quê não pode.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, essa PEC não tem uma definição de votos e precisa ser avaliada melhor. Por essa razão, e pela dúvida, ou estarão votando em branco, ou ausentes. Isso tudo fala em favor da sua derrubada, porque PEC precisa de votos, sim.

Acho que V. Exa. não tem outro caminho, deveria realmente fazer uma nova chamada nominal para constatar quórum, e o autor da PEC e as pessoas interessadas nela, de hoje até amanhã poderiam expor aos Deputados que estão em curso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos pedir que zere o painel e vamos contar quantos digitam.

Dezenove Srs. Deputados responderam e não há condição de prosseguir a Sessão. Quero antes lembrar que amanhã essa PEC será votada com a mesma Ordem do Dia em 1ª Discussão, e aí sim, conto com a presença de V. Exas. para votarmos essa PEC.

Também faço questão de ler um memorando aos Líderes do PSDB, PMDB, PT e Democratas, PP e Bloco do PSB que indicaram os membros para a Comissão da

PEC, que irá opinar no prazo de 20 dias a respeito da política agrícola-agrária.

PMDB - Romanelli, PSDB - Traiano, PT - Enio Verri, Democratas - Bertoldi, Duílio Genari e Reni Pereira; o Deputado Reni Pereira o Presidente e Osmar Bertoldi o relator.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Antonio Belinati presente também!

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 3095 a 3097, 3099 a 3104, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3106 a 3117, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3118, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3124, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3126, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3127, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimento nº 3128, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Prejudicado.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, às dez horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 026/10.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 522/09, 213 e 248/10.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 284/10.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 327, 329, 341 e 342/10.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 529/08, 734/09, 144 e 353/10.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 037/09.

Levanta-se a Sessão.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
ATA DA INSTALAÇÃO

= =